

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARARAQUARA.

06 de abril de 2021

Considerando as medidas de segurança adotada na época de Pandemia do COVID 19; considerando as diretrizes do Decreto nº 12.230, de 17 de março de 2020 que define a suspensão das atividades da Casa dos Conselhos Municipais e determina que fica a critério dos Conselhos a opção de realizar suas reuniões de forma remota em caráter estritamente necessário utilizando aplicativos de fácil acesso aos Conselheiros; o COMCRIAR – Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Araraquara convocou para Reunião ordinária a ser realizada no dia 06 de abril de 2021, as 19:00 horas, por vídeo conferência Google Meet, com a seguinte pauta: Atualização do saldo FMDCA; Programa de vacinação covid 19; Plano municipal de prevenção e enfrentamento do trabalho infantil; Comissão de registro e renovação; palavra livre.

Aos seis dias do mês de abril, no ano de dois mil e vinte e um, às 19:00 horas, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Araraquara – COMCRIAR. O Presidente Alexandre Machado abriu a reunião agradecendo a participação de todos e apresentou o saldo do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente em 30 de março de 2021 de R\$ 1.437.637,51 (um milhão, quatrocentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e sete Reais e cinquenta e um centavos). Passando para o segundo item da pauta, Alexandre informou o recebimento de ofício enviado pelos Conselheiros Tutelares requerendo a intervenção do COMCRIAR para serem incluídos no calendário de prioridades de vacina contra Covid. A conselheira tutelar Marcia Daniele esclareceu que o trabalho dos conselheiros é de forma presencial e, portanto, de alto risco de contaminação, sendo que houve conselheiros que foram contaminados durante a pandemia. Clélia Maria Machado Candido informou que, na condição de Presidente do CMAS, enviou ofício ao Comitê Municipal de Combate e Prevenção da Covid solicitando vacinas aos trabalhadores das Entidades que atuam com as famílias em situação de vulnerabilidade, mas que não obteve resposta até a data presente. Alexandre esclareceu que a decisão referente ao calendário de vacinação e grupos prioritários é de competência do Ministério da Saúde. Luciano Pizone relatou as situações dos trabalhadores das OSCs, principalmente as que atendem pessoas com deficiência que são liberados do uso de máscaras de proteção, colocando em alto risco os trabalhadores. Luciano enfatizou a necessidade de obter apoios de diversos segmentos para que a reivindicação se fortaleça e obtenha êxito e propôs a emissão de ofício do COMCRIAR solicitando apoio do CONDEPE – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana, os quais faz parte. A conselheira Gislaíne, representante da Secretaria da Saúde no COMCRIAR, confirmou que a Prefeitura Municipal não tem autonomia para alterar o calendário nacional de vacinação. Na sequência da pauta, a conselheira Maria José Moraes esclareceu a necessidade de apresentação ao COMCRIAR, em conjunto com o CMAS, do Plano Municipal de Prevenção e Enfrentamento do Trabalho Infantil para que seja aprovado pelos respectivos Conselhos e siga o tramite de debate em Audiência Pública e projeto de Lei Municipal. A reunião conjunta para aprovação é justificada por um número significativo de OSC que fazem parte dos dois Conselhos. Maria José propôs o período de 10 a 14 de maio de 2021 para a reunião. A maioria dos presentes concordaram com a reunião no dia 11 de maio de 2021, as 19:00 horas, podendo haver modificações da data força maior. Com referência a comissão de Registro e Renovação, Alexandre informou que recebeu um pedido de Renovação do “Projeto Guri” e que não identificou o Registro no COMCRIAR. Os Conselheiros mais antigos informaram que se trata de um projeto proposto pelo Governo Estadual que foi interrompido. Na dúvida, Alexandre se comprometeu a buscar mais informações com o responsável pela solicitação. Alexandre informou que, por iniciativa própria, sensibilizado pelo aumento de

vulnerabilidade em época de pandemia, criou um grupo de arrecadação de alimentos via aplicativo da internet que obteve êxito até então, mas que o resultado não tem conseguido atender a demanda atual. O conselheiro Luciane Pizone ressaltou a necessidade de criar alternativas para atender as necessidades básicas de famílias em situação de vulnerabilidade e informou que a Fundação Toque foi consultada por uma grande Empresa sobre o interesse de executar o projeto que será financiado por Um Milhão de Reais destinados ao FMCA- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Luciano passou a palavra a Flavio Rodrigues, que passou a descrever o trabalho de Hortas “AgroGuetos” desenvolvido na zona Norte da cidade. Tal projeto se trata de capacitação e execução de hortas nos quintais dos moradores do Bairro Vale Verde e tem como objetivo a produção de multiculturas em espaços privados e familiares. O projeto estava sendo executado e foi interrompido devido a pandemia covid19. Com o recurso destinado ao FMCA, a fundação Toque pretende reativar o projeto com algumas adequações. Para que seja viabilizado, Luciano solicita o apoio do COMCRIAR na agilidade dos tramites da parceria com a Prefeitura Municipal. Houve diversas manifestações e esclarecimentos até que, finalmente, foi concluído que o COMCRIAR só pode dar garantia na agilidade no que se refere à avaliação da Comissão de Projetos, mas não tem competência para intervir nos departamentos Municipais envolvidos na formalização da parceria. Luciano se comprometeu a manter o diálogo com o destinador a fim de concretizar a parceria. Por fim, nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião cuja ata foi redigida por mim, Walkiria Maria do Amaral, Conselheira 2ª Secretária e assinada pelos participantes.